

Os dilemas do governo na economia

MANUELA RIOS

Reduzir o déficit via cortes nos gastos públicos e maior emissão de títulos do Tesouro ou mediante a elevação de impostos e maior emissão de moeda? Impor aos credores externos uma capitalização dos juros ou ater-se à ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, forçando apenas o restabelecimento de metas de ajustamento econômico mais realistas?

Crescer com inflação ou baixar a inflação para crescer depois? Aplicar a lei de greve dos governos militares ou esperar por uma nova para conter as paralisações do trabalho? Utilizar os estoques de alimentos adquiridos pelo governo em programas de emergência ou jogá-los estrategicamente no mercado para deter a inflação?

Quando o ministro do Planejamento era Delfim Netto, dilemas como esses dificilmente chegariam a público. O "superministro" decidia e os colegas que discordassem se demitiam, ou eram dispensados. Quando o presidente eleito Tancredo Neves nomeou seu Ministério, entregando a Pasta da Fazenda a seu sobrinho Francisco Dornelles, então secretário da Receita Federal, e a do Planejamento ao economista do PMDB João Sayad, logo foram previstas divergências. Mas ninguém duvidou que o Planejamento ficaria com atribuições mais discretas, cabendo a Dornelles a estrela de "xerife" — e a resistência das esquerdas e do próprio PMDB a seu nome acabaram vencidas pela tese de que nada seria decidido sem passar antes pelo crivo de Tancredo. Ele se encarregaria de apagar os eventuais incêndios.

Mas o "xerife" ficou órfão no governo de José Sarney, os focos de divergência no ministério econômico propagaram-se e, se coube ao presidente controlar alguns curto-circuitos — como a desavença entre os ministros da Indústria e do Comércio e do Trabalho sobre a aplicação da Lei de Greve —, também ele se encarregou de provocar algumas falcas. Seja levando à Granja do Torto economistas alheios ao governo para discutir a política econômica com seus ministros, seja convidando um ex-assessor do ministro Delfim Netto, Luiz Paulo Rosenberg, para ser seu assessor especial na área econômica.

DO CONVITE AO BOATO

Sarney teria-se encantado com as teses levadas ao Torto por Rosenberg e seu colega Ibrahim Eris, outro ex-assessor de Delfim, sobre a necessidade de reduzir as taxas de juros, acompanhadas por críticas ao que consideram exagerada colocação de títulos no *open market* por parte do Banco Central, a qual estimularia uma alta de juros. Assim, ironicamente, técnicos do governo anterior e economistas da antiga oposição acabaram encontrando-se na mesma trincheira. Baixar os juros para conter o déficit público tem sido uma das principais bandeiras do ministro do Planejamento, João Sayad, contra a qual, aliás, o ministro Francisco Dornelles vem ativamente todo o poder de fogo de sua artilharia.

"A política monetária não é do Banco Central, é do ministro da Fazenda, e não vai ser alterada. Enquanto o déficit do setor público não for eliminado, o Banco Central continuará atuando no mercado e de forma alguma vai imprimir níveis artificiais de taxas de juros", advertiu

Dornelles esta semana, respondendo não só às críticas que vem recebendo na condução da política econômica, mas também aos insistentes boatos sobre a queda do diretor da Dívida Pública do Banco Central, José Júlio Senna, e do próprio presidente do banco, Antônio Carlos Lemgruber — especulações certamente favorecidas pelo convite de Sarney a Rosenberg.

DÉFICIT E DÍVIDA

O déficit público, que beira os Cr\$ 85 trilhões segundo cálculos da Fazenda, levou Dornelles ao Congresso, onde pediu apoio a algumas medidas severas para reduzi-lo e financiá-lo, entre elas um substancial corte nos gastos das estatais e metas monetárias contencionistas, em que um dos principais instrumentos é a colocação de títulos no mercado aberto. Mas o pedido não encontrou eco no gabinete de seu próprio colega, João Sayad, que preconiza uma política monetária mais expansiva — ou seja, maior emissão de moeda e oferta de crédito para baixar os juros —, além de elevação da carga tributária. Para um, o déficit se deve basicamente aos exagerados dispêndios das estatais e uma baixa dos juros levaria ao aumento da inflação; para o outro, o problema é de natureza financeira: quanto mais elevados os juros, mais caro o financiamento da dívida pública e, portanto, maior o déficit.

Mas as divergências entre Dornelles e Sayad não se atêm à política interna e se cristalizam também na questão do financiamento da dívida externa. Embora o primeiro tenha sido nomeado pelo presidente Sarney como o delegado-chefe das negociações com o FMI e os credores, o segundo mantém suas teses de revidicar a capitalização dos juros, diminuição de *spreads* e comissões sobre empréstimos e fixação de um limite para a transferência de recursos ao Exterior com base no superávit da balança comercial.

A capitalização dos juros é "coisa lírica, de quem não sentou na mesa de negociações". "É a mesma coisa que jogar pôquer e fazer um *four* de ases contra quem tem um revólver. Não tenho o *four* de ases e o outro tem o revólver", argumenta Dornelles, que defende o realismo nas bases e metas a serem acertadas na negociação.

"Romântica? Ela pode ser romântica se o banqueiro não quiser dar, mas vejo que é uma necessidade imperiosa e o Brasil tem de batalhar por isso", insiste Sayad. Divergências desse tipo teriam, inclusive, levado os bancos credores a advertir o governo brasileiro sobre as dificuldades de negociar a dívida em meio a posições tão conflitantes.

COMBATE À INFLAÇÃO

Como pano de fundo de tais conflitos, está a própria indefinição da estratégia de política econômica. Sayad que quer superar a recessão recente com altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, ainda que à custa de derrotas contra a inflação, ao passo que Dornelles prefere, primeiro, um combate sistemático aos altos índices inflacionários para, depois, consolidar lentamente a recuperação da economia. E, na tentativa de conter os índices de preços, o próprio ministro da Agri-

cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad. O ator regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem à discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapolítica", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A BRIGA DAS GREVES

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, por sua vez, vem tentando debelar alguns focos de resistência à política de controle de preços. Ao participar de um almoço com mais de uma dezena de empresários, quinta-feira última, ele serviu como prato principal a defesa do controle do CIP, mas prometeu mudanças nessa estratégia para breve.

A clara atuação de Gusmão na defesa dos interesses da indústria e do comércio foi por ele mesmo admitida no primeiro confronto aberto entre os ministros do atual governo: quando o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, negou-se a aplicar a lei de greve, em meio à onda de paralisações de maio, Gusmão advertiu-o publicamente: "A lei é dura, mas deve ser cumprida". E logo após Pazzianotto apresentar anteprojeto de uma nova lei de greve, o ministro da Indústria e do Comércio não se furtou de propor modificações, como por exemplo a do item que institui oficialmente a figura do ministro do Trabalho como mediador entre as partes envolvidas nas greves e conflitos trabalhistas.

Já o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que venceu a grande polêmica sobre a divisão ou não do ministério antes mesmo de sua posse, tem passado ao largo de discussões e conflitos com colegas. No momento ele tenta apenas resolver divergências internas entre sua equipe.

Por enquanto, a batuta do regente Sarney ainda não conseguiu afinar a orquestra herdada do maestro Tancredo Neves. Na busca de um pacto que permita solucionar essas e outras divergências, de cunho econômico, político e social, o presidente José Sarney convoca ao Torto economistas, empresários e políticos. Na tentativa de manter a situação sob controle, nomeia assessores especiais. Mas o fato é que — enquanto o governo tateia em projetos duvidosos como o da reforma agrária e hesita até na definição dos índices de reajuste das prestações dos mutuários do BNH —, falta um consenso sobre as grandes diretrizes de política econômica.

Dificuldade no passo

Doutor pela universidade norte-americana de Yale, especializado em Organização Industrial, e também originário da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) das Universidade de São Paulo, o ministro do Planejamento, João Sayad, 40 anos, é um estruturalista com dificuldades em acertar o passo com a equipe do Banco Central e da Fazenda.

Henri Philippe Reichstul, titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), considera "delicada" a situação financeira das 422 estatais federais, em função de seu endividamento externo. Afirma, por exemplo, que há necessidade premente de novos empréstimos externos (de US\$ 3 a 4 bilhões), para ajudar no financiamento do déficit, especialmente do setor energético.

Divergência ideológica

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, é um grande defensor da iniciativa privada, como forma única de se chegar à verdadeira democracia. Gusmão, que possui hoje uma posição centro-conservadora, liderou na juventude movimentos de esquerda, nas duas vezes em que foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Bacharel em Direito, com cursos de especialização em Direito Social e Sociologia Industrial, o ministro da Indústria e do Comércio foi, no período de 1954 a 1969, professor fundador da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e dos cursos de graduação e pós-graduação.

Em 1960, foi nomeado por decreto do presidente da República coordenador da Universidade Nacional do Trabalho. Gusmão, que iniciou a campanha "O petróleo é nosso", na década de 40, foi também professor dos cursos especiais de Administração da Petrobrás,

realizadas em convênio com a FGV.

Antes de assumir a Pasta da Indústria e do Comércio, Gusmão era secretário de Estado do governo de São Paulo, quando atuou com o ministro Almir Pazzianotto (que era secretário do Trabalho) na greve dos canavieiros do Oeste paulista. Graças às negociações de ambos, intervindo junto aos usineiros e canavieiros, a greve dos cortadores de cana chegou ao fim.

Atualmente, Roberto Gusmão adota uma posição contrária à intervenção de representantes do governo nas greves, o que causou as primeiras divergências no Ministério do presidente José Sarney. Em algumas de suas entrevistas, entretanto, o ministro Gusmão procurou deixar claro que as divergências com Pazzianotto não eram pessoais, mas sim ideológicas. Em sua opinião, a divergência de idéias é algo comum entre ministros de Pastas diferentes, além de ser um evidente sinal de democracia.



O advogado

Almir Pazzianotto Pinto, 48 anos, ministro do Trabalho, acumulou 20 anos de exercício da advocacia trabalhista e dois mandatos como deputado estadual pelo MDB em São Paulo e, entre 1983 e 85, foi secretário de Estado de Relações do Trabalho, também em São Paulo.

Nessa mesma época, mantinha boas relações com o atual ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, também integrante do governo Franco Montoro. Hoje, ambos admitem divergências de pensamento, oriundas de formação. Mas socialmente, pelo menos, continuam aparentando relações cordiais. Talvez, quando o governo reestudar a política salarial, essa divergência se aprofunde.

No Ministério do Trabalho a assessoria técnica de Pazzianotto é coordenada pelo economista Paulo Furtado, egresso do Ipea, e a Secretaria de Emprego e Salário, pela também economista Dorotéia Werneck. Ambos participaram da comissão que elaborou o índice de reajuste do salário mínimo, em abril, a qual acabou vencendo a resistência da área econômica do governo, obtendo 11 pontos percentuais acima do INPC no novo mínimo.

Um desafio

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, teve a sua formação política na oposição ao regime implantado em 1964. Tradicionalmente entre os setores mais à esquerda da oposição, Simon enfrenta hoje um grande desafio: conciliar na pasta que ocupa os interesses de produtores — que querem ganhar mais — com os interesses dos consumidores — que querem pagar menos —, em um país que atravessa grave crise econômica e carece de uma definição de política agrícola que ampare os choques desses interesses.

Por estar em dependência direta do Ministério da Fazenda para liberação de verbas em seu ministério, Simon e Francisco Dornelles têm entrado em algumas áreas de conflito. A comercialização dos estoques que a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) acumulou nesta safra tem sido um ponto forte de discordância. O grande problema, opina um técnico do Ministério da Agricultura, é que toda a base para o crédito rural é monetária e precisa ser alterada.

Ruben Ilgenfritz da Silva, agrônomo e ex-presidente da Cotrijuí — Cooperativa dos Produtores de Trigo de Ijuí (RS) —, é o secretário-geral do ministério e o mais importante auxiliar de Simon.

Por sua vez, Ivan Ribeiro, coordenador de assuntos econômicos do Ministério — onde se situam os maiores atritos com o Ministério da Fazenda —, tem grande experiência na área da agricultura. Formado em Sociologia e Política, com pós-graduação em Economia na Universidade de Varsóvia, trabalhou no governo de Frei e Allende, no Chile.

A 1ª baixa

Os primeiros 90 dias da nova administração do Ministério das Minas e Energia completam-se já registrando uma primeira "baixa" importante na equipe do ministro Aureliano Chaves. O chefe de gabinete, coronel Venício da Cunha, que seguia o ministro desde a vice-presidência, pediu demissão há três semanas, e deixou de comparecer ao trabalho. Aureliano não aceitou o pedido e pediu que reconsiderasse, mas, até agora, Cunha não voltou a trabalhar, sendo substituído interinamente pelo chefe de gabinete substituto, Japy Montelero Magalhães Júnior, que veio da assessoria internacional do ministério.

Do antigo gabinete da vice-presidência, acompanham Aureliano o secretário particular, Maruene Ubrajara da Silva, há 23 anos com ele; Tito Karan, que cuida dos despachos; Leozitor Floro, encarregado das viagens; João Batista Assis Corrêa, coordenador de Comunicação Social; Manuel Ignácio Chaves de Mendonça, irmão do ministro e coordenador de Energia, e Fernando Lara Rezende, assessor político.

Na distribuição interna dos poderes no ministério, Aureliano chamou naturalmente a si as decisões políticas e determinou que a secretaria-geral, onde colocou um amigo de longa data, Paulo Richer, cuidasse de todas as questões técnicas. Esta seria precisamente uma das razões da saída do coronel Venício da Cunha, que teria julgado diminuída a sua função administrativa, em benefício de Richer, um engenheiro químico e técnico de administração que foi o primeiro presidente da Eletrobrás.